

# PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINO

ESTADO DE MINAS GERAIS

## DESPACHO ADMINISTRATIVO DECISÓRIO

Processo Licitatório nº 120/2023 – Pregão Presencial nº 048/2023

Veio instruído com parecer da Assessoria Jurídica, recurso interposto pela empresa **MACIEL ASSESSORES S/S**, nos autos do processo Licitatório nº 120/2023 – Pregão Presencial nº 048/2023, para “Contratação de serviço de consultoria e assessoria em Administração Municipal”, alegando em síntese, que a empresa recorrente apresentou suficientemente todas as informações exigidas para a Proposta de Preços, requerendo a reconsideração da inabilitação de sua empresa ocorrida na sessão de licitação às 09:00 (nove) horas do dia 13 de setembro de 2023, informando inclusive os nomes dos profissionais e a respectiva formação profissional de cada membro de sua equipe técnica. Ademais, sugere que apesar de não constar em sua Proposta de Preços o respectivo registro profissional da equipe técnica incumbida aos serviços, os registros profissionais são públicos e disponíveis para consulta nos sites dos respectivos conselhos. Por fim, completa que todos os documentos comprobatórios foram apresentados na habilitação técnica.

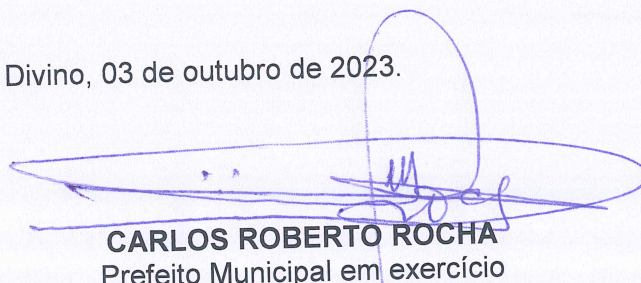
Veio também, a manifestação de contrarrazões apresentada pela empresa **AMADEUS CONSULTORIA LTDA** manifestando seu inconformismo com os argumentos da empresa **MACIEL ASSESSORES S/S**, alegando que a própria recorrente informa que para a Proposta Comercial foram apresentados de forma simplista os nomes dos integrantes da empresa, informando tão somente a profissão de cada um. Nesse sentido, ressalta que a recorrente não logrou êxito em demonstrar na proposta comercial possuir corpo técnico para executar o objeto da licitação, conforme exigido no item 11 do anexo III do edital, portanto, violando o princípio de vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da isonomia, conforme artigo 3º da Lei nº 8.666/93, pois o referido item exige: “área de atuação e o registro na entidade profissional competente”.

Veio também, despacho da Comissão Permanente de Licitação, entendendo como argumentado no parecer jurídico e decidindo pela manutenção dos atos praticados na sessão licitatória.

Adoto por fim, as razões e os fundamentos do parecer jurídico anexo, e também mantenho a decisão da Comissão Permanente de Licitação, pelo não provimento do Recurso e prosseguimento do feito.

Assim, pelo **prosseguimento** do certame, passando-se aos demais atos.

Prefeitura Municipal de Divino, 03 de outubro de 2023.



**CARLOS ROBERTO ROCHA**  
Prefeito Municipal em exercício